

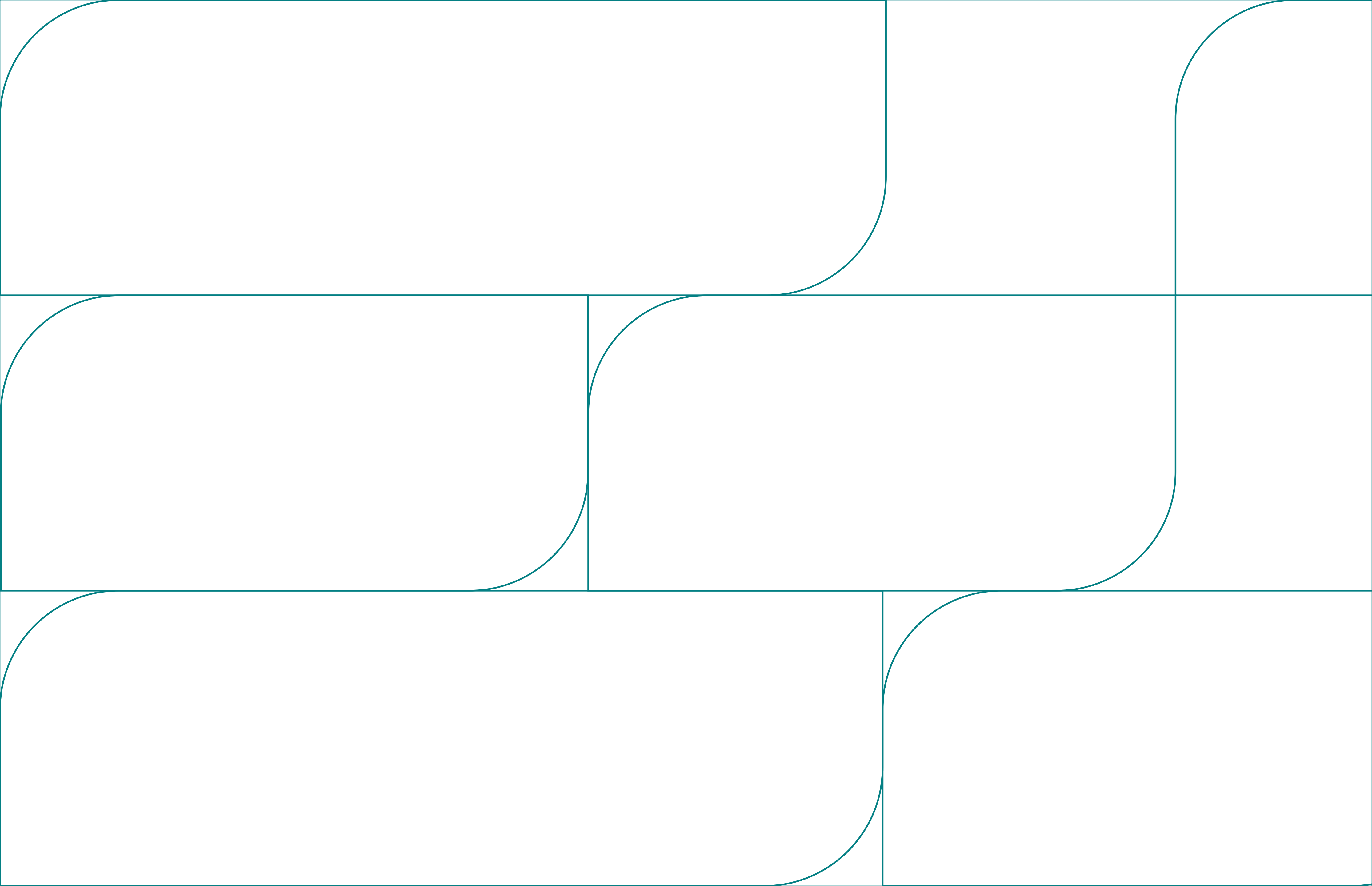
softplan

Sustentabilidade
e eficiência

Impacto da solução **SAJ** **Tribunais**

2ª edição - 2026





Sumário

- 04. Sobre o relatório
- 07. Resumo Executivo
- 08. Sobre a solução SAJ Tribunais
- 11. Análise dos resultados
- 17. Créditos

Sobre o relatório

Este documento é uma parte integrante do relatório [Sustentabilidade e Eficiência: impacto das Soluções Softplan em 2025](#), que tem como propósito garantir transparência e visibilidade aos impactos gerados pelas nossas soluções em uso nos clientes. Especificamente, este relatório apresenta os Impactos da solução SAJ Tribunais.



Indicadores e metodologia

Indicadores de eficiência organizacional

- **Casos novos digitais:** mede o volume anual de processos ingressados em meio eletrônico. Indica pressão de demanda sobre o tribunal.
- **Índice de Atendimento à Demanda (IAD):** relação entre processos baixados e processos novos no período.
- **Duração até a baixa:** tempo médio, em dias, entre o início do processo e sua primeira baixa. É um indicador sensível à composição do estoque, especialmente em contextos com grande presença de execuções fiscais antigas.
- **Processos pendentes:** total de processos em tramitação ao final do período, desagregado em estoque total, fase de conhecimento, execução fiscal e percentual de execuções fiscais no estoque.

Este relatório apresenta análises específicas para duas grandes fases do ciclo processual.

- **Fase de conhecimento:** corresponde ao momento em que o Judiciário analisa o mérito da demanda, produz prova, forma convencimento e profere decisão.
- **Execução fiscal:** engloba processos voltados à cobrança de créditos públicos, representando um conjunto volumoso e estruturalmente relevante do acervo judicial.

Indicadores de acessos externos e uso

- **Demandas abertas por mês:** volume médio mensal de novas solicitações iniciadas por meios digitais.
- **Consultas externas por mês:** média mensal de acessos a informações processuais por usuários externos.
- **Convênios de acesso via interface de programação de aplicações (API):** integrações institucionais ativas com sistemas externos.

Todos os indicadores de acesso são apresentados como médias mensais, quando aplicável.

Indicadores de impacto ambiental

- **Indicadores:** impressões de papel evitadas, CO₂e não emitido, água não consumida, equivalência de CO₂e em frota de veículos e benefício ambiental acumulado.

As estimativas são baseadas na digitalização processual e em fatores de conversão padronizados.



Resumo Executivo

■ Abrangência:

Em 2025, os tribunais de justiça que utilizam a solução registraram 8,5 milhões de novas demandas judiciais, o equivalente a 31,2% de toda a movimentação da Justiça Estadual brasileira. Esse patamar se manteve estável ao longo dos últimos cinco anos, confirmando a relevância estrutural da solução no sistema judicial estadual.

■ Volume:

O volume de entrada permaneceu elevado e estável, com retração de 3,8% entre 2023 e 2025. O movimento não caracteriza alívio estrutural de demanda e indica manutenção da pressão operacional sobre os tribunais.

■ Qualidade:

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) médio atingiu 136, cerca de 30% acima da média dos demais tribunais estaduais. Ao mesmo tempo, o estoque total da Justiça Estadual caiu 18% entre 2023 e 2025.

A digitalização evitou 1,8 bilhão de impressões, 46,5 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e) e 111,7 milhões de litros de água em 2025.

Sobre a solução

A solução SAJ Tribunais integra o portfólio da Softplan voltado à transformação digital do Judiciário estadual, com foco na gestão do ciclo processual, suporte à atividade jurisdicional e disponibilização de serviços digitais à sociedade. Inserida no contexto institucional da empresa, a solução opera em tribunais com diferentes portes e realidades operacionais, com impacto direto sobre eficiência organizacional, acesso à Justiça e redução de externalidades ambientais.

Pelo segundo ano consecutivo, o Tribunal de Justiça de São Paulo registrou o melhor Índice de Atendimento à Demanda (IAD) do Brasil, atingindo 150,3 em 2025. Esse resultado reforça a capacidade sustentada de redução de estoque em um tribunal de grande porte e alto volume de entrada, no contexto da Justiça Estadual.



Escala e relevância nacional

Em 2025, os tribunais de justiça usuários da solução concentraram 8,5 milhões de demandas judiciais, o equivalente a 31,2% de todas as demandas da Justiça Estadual brasileira. Esse patamar de participação se mantém estável ao longo dos últimos cinco anos, indicando relevância estrutural e contínua no sistema judicial estadual.

No mesmo período, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) médio atingiu 136, valor aproximadamente 30% superior ao IAD médio dos demais tribunais estaduais, de 104,3. Esse diferencial indica capacidade sistematicamente maior de absorção e redução de estoque frente à demanda corrente.

Destaca-se ainda que o Tribunal de Justiça de São Paulo, tribunal integralmente operado em SAJ, respondeu por aproximadamente 85% de toda a redução do estoque de processos da Justiça Estadual no período analisado, reforçando o peso da solução nos movimentos estruturais de saneamento processual em escala nacional.

Eixos de impacto

- **Eficiência organizacional:** capacidade de resposta frente à demanda, considerando fluxo, estoque e tempo.
- **Acessos externos e uso:** intensidade de utilização dos serviços digitais por cidadãos, advogados e instituições integradas.
- **Impacto ambiental:** efeitos da digitalização sobre consumo de papel, emissões e recursos naturais.
- **Transformação digital:** consolidação do processo eletrônico como padrão operacional.

Escopo do relatório

Atualização dos dados: 21/01/2026, com base na última carga do DataJud de 20/01/2026.

Abrangência institucional: tribunais de justiça usuários do SAJ, distribuídos em diferentes regiões do país, com impacto direto sobre a população atendida por esses entes estaduais.

Fontes primárias:

- **DataJud, do Conselho Nacional de Justiça:**
indicadores oficiais de volume, fluxo, estoque e tempo processual.
- **Bases operacionais da Softplan:**
indicadores de acessos externos, uso e impacto ambiental.

Dois tribunais do recorte utilizam, além do SAJ, outro sistema de gestão processual. O DataJud não permite distinguir a origem do sistema responsável por cada processo. Assim, os dados desses tribunais são considerados integralmente no relatório, as análises têm caráter tendencial e comparativo, e não de atribuição causal exclusiva ao SAJ, e essa limitação será explicitada sempre que relevante nas seções analíticas.



Análise dos resultados

Eficiência organizacional

Em 2025, os tribunais de justiça que utilizam o SAJ registraram 8,5 milhões de casos novos digitais, mantendo participação de 31,2% do total de demandas da Justiça Estadual brasileira. Esse patamar permaneceu estável em relação aos últimos cinco anos, mesmo com oscilações conjunturais de entrada.

O volume de casos novos digitais permaneceu elevado e estável ao longo do período, com leve retração de 3,8% entre 2023 e 2025. Esse movimento não caracteriza alívio estrutural de demanda, mantendo o contexto de pressão operacional sobre os tribunais usuários da solução.

Tabela de indicadores na linha do tempo 2023 a 2025

Indicador	2023	2024	2025	% var 25-23
Casos novos digitais	8.709.622	8.711.442	8.379.278	-3,8%
IAD Geral	104%	110%	111%	+6,7%
IAD Fase de conhecimento	105%	100%	99%	-5,7%
Duração até a baixa (DIAS)	874	796	992	+13,5%
Duração – fase de conhecimento (DIAS)	813	561	495	-39,1%
Processos pendentes (TOTAL)	27,8 mi	26,1 mi	22,8 mi	-18,0%
Pendentes – execução fiscal	13,3 mi	11,0 mi	7,5 mi	-44,1%
% do estoque em execução fiscal	23,4%	22,6%	15,5%	-33,8%

■ Índice de Atendimento à Demanda (IAD)

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) geral evoluiu de 104% em 2023 para 111% em 2025, mantendo-se acima de 100% em todo o período. Isso indica redução líquida de estoque de forma contínua, e não apenas desempenho pontual em um único exercício.

Na fase de conhecimento, o IAD caiu marginalmente de 105% para 99%, aproximando-se do equilíbrio entre entradas e baixas. Esse movimento, isoladamente, poderia sugerir perda de fôlego.

Em 2025, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) médio dos tribunais usuários da solução atingiu 136, indicando capacidade agregada de redução líquida de estoque. Esse valor é cerca de 30% superior ao IAD médio dos demais tribunais estaduais, de 104,3, evidenciando diferença estrutural na capacidade de resposta frente à demanda.

Pelo segundo ano consecutivo, o Tribunal de Justiça de São Paulo apresentou o melhor Índice de Atendimento à Demanda (IAD) do país, com 150,3. O resultado foi observado tanto no agregado quanto na fase de conhecimento, com IAD acima de 100,

reforçando a capacidade sustentada do tribunal de reduzir acervo mesmo em ambiente de elevado volume de entrada.

■ Duração até a baixa

A duração média geral aumentou 13,5% entre 2023 e 2025, passando de 874 para 992 dias. Esse movimento precisa ser lido em conjunto com a recomposição do perfil do estoque, especialmente a forte limpeza de execuções fiscais antigas, que tende a puxar a média geral para cima no curto prazo.

Em contrapartida, a duração na fase de conhecimento caiu de forma acentuada, de 813 para 495 dias, uma redução de 39,1%. Trata-se de um ganho estrutural relevante justamente na etapa cognitivamente mais complexa do processo judicial, na qual se concentram análise de mérito, produção de prova, formação de convencimento e decisão.

■ **Estoque total e execuções fiscais**

O estoque total de processos pendentes apresentou queda relevante em 2025, com redução de 18% em comparação com 2023. Esse movimento mostra que a capacidade de baixar processos acima da entrada se traduziu em diminuição efetiva do acervo.

Destaca-se, nesse contexto, que o Tribunal de Justiça de São Paulo respondeu por aproximadamente 85% de toda a redução do estoque da Justiça Estadual no período. Esse dado reforça seu peso sistêmico nos movimentos de saneamento processual e mostra que o desempenho do tribunal teve impacto material sobre o agregado nacional.

As execuções fiscais pendentes recuaram 44,1% entre 2023 e 2025. Além disso, a participação das execuções fiscais no estoque total caiu de 23,4% para 15,5%, uma redução de 33,8%.

Esse movimento confirma que a redução do estoque não foi apenas quantitativa. Houve também mudança qualitativa do acervo, com retirada acelerada de um tipo de processo historicamente mais longo, heterogêneo e custoso para o sistema judicial. Isso tende a produzir uma base mais leve

para os próximos ciclos de gestão, permitindo maior foco em qualidade decisória e eficiência na fase de conhecimento.

■ **Resumo dos resultados por fases**

Na fase de conhecimento, que concentra a atividade cognitiva mais complexa do Judiciário, observou-se IAD médio acima de 100 na maior parte dos tribunais usuários da solução, redução consistente da duração até a baixa e manutenção de desempenho mesmo em contexto de volume elevado de entrada. No caso do Tribunal de Justiça de São Paulo, a duração na fase de conhecimento atingiu 588 dias, o menor valor da série histórica, reforçando a leitura de ganho estrutural de produtividade.

Na execução fiscal, embora o IAD permaneça elevado, em alguns casos muito acima de 100, a leitura do indicador exige cautela. Essa fase concentra estoques antigos e heterogêneos, muitos com mais de 15 anos de tramitação, frequentemente exigindo tratamentos administrativos específicos, como saneamento, arquivamento, desjudicialização e automação em massa, mais do que atuação jurisdicional tradicional.

Acessos externos e uso

Tabela de indicadores de acessos externos e uso na linha do tempo 2023 a 2025

Indicador	2023	2024	2025	% var 25-23
Demandas abertas/mês	693.697	725.954	705.464	+1,7%
Consultas externas/mês	584 mi	617 mi	584 mi	+0,1%
Convênios de acesso via API	5.062	5.471	7.038	+39%

O número de demandas abertas por mês manteve-se elevado e estável no período, com leve crescimento de 1,7% entre 2023 e 2025. O pico observado em 2024 não se consolidou como tendência de aceleração contínua, indicando patamar alto e sustentado de uso externo, sem ruptura estrutural.

As consultas externas mensais permaneceram em ordem de grandeza extremamente elevada ao longo dos três anos, com estabilidade prática entre 2023 e 2025. O dado indica uso recorrente e intensivo dos serviços digitais, sem volatilidade relevante, mesmo em contexto de crescimento de demanda processual em determinados tribunais.

Os convênios de acesso via interface de programação de aplicações (API) cresceram de 5.062 em 2023 para 7.038 em 2025, alta de 39%. Essa foi a principal variação estrutural do bloco e reforça a integração institucional com outros sistemas públicos e privados, ampliando a capilaridade da informação processual.

■ Impacto ambiental

Em 2025, os tribunais de justiça que utilizam a solução registraram 8,4 milhões de novos casos digitais, sustentando volume elevado de tramitação eletrônica ao longo do ano. Esse patamar resultou na evitação de aproximadamente 1,8 bilhão de impressões de papel, com impacto direto na redução de insumos físicos e da logística associada.

No mesmo período, estima-se a não emissão de cerca de 46,5 mil toneladas de CO₂e, além da economia de aproximadamente 111,7 milhões de litros de água, considerando a cadeia produtiva do papel.

A economia de emissões em 2025 é equivalente à retirada anual de cerca de 67 mil veículos da frota circulante, reforçando a escala do impacto ambiental associado à digitalização sustentada dos fluxos judiciais.

Desde o início das contabilizações consolidadas com base nos dados do Conselho Nacional de Justiça, o uso do SAJ está associado a 83,6 milhões de processos judiciais digitais. No acumulado histórico, estima-se a não emissão de aproximadamente 661 mil toneladas de CO₂e e a

economia de cerca de 1,6 bilhão de litros de água. A redução total de emissões equivale, em termos anuais, a uma frota aproximada de 958 mil veículos, evidenciando a magnitude estrutural dos ganhos ambientais associados à digitalização judicial em larga escala.

■ Inovação tecnológica

A evolução tecnológica do SAJ Tribunais em 2025 esteve concentrada em três frentes principais: modernização arquitetural, ganho de eficiência operacional e incorporação de inteligência artificial aplicada ao fluxo judicial.

No campo arquitetural, avançou-se na transição para modelos mais escaláveis e resilientes, com melhorias relevantes em desempenho, estabilidade e capacidade de processamento em cenários de alto volume. Esse movimento é coerente com o patamar de operação dos tribunais, que lidam com milhões de processos ativos e exigem alta disponibilidade sistêmica.

Em paralelo, foram implementadas melhorias de usabilidade e otimização de fluxos, com foco na redução de atritos operacionais. Essas evoluções impactam diretamente a produtividade dos usuários, especialmente em atividades repetitivas e de alto volume, contribuindo para os ganhos observados nos indicadores de duração na fase de conhecimento.

No eixo de inteligência artificial, o avanço se deu na aplicação prática de modelos para apoio à atividade jurisdicional. Destacam-se iniciativas voltadas à análise automatizada de documentos, extração estruturada de informações processuais e apoio à tomada de decisão. Essas aplicações não substituem a atuação do magistrado, mas ampliam sua capacidade analítica e reduzem esforço cognitivo em tarefas operacionais.

Outro ponto relevante foi a evolução dos mecanismos de interoperabilidade, permitindo maior integração com sistemas externos e bases institucionais. Isso contribui para a redução de redundâncias, melhora a qualidade dos dados e amplia o potencial de automação de fluxos interinstitucionais.

De forma geral, a inovação tecnológica observada não se caracteriza por iniciativas isoladas, mas por um movimento contínuo de amadurecimento da plataforma, com foco em escala, eficiência e suporte qualificado à atividade judicial.

Créditos

Membros do Conselho Softplan

Carolina Strobel
Carlos Augusto de Matos
Ilson Stabile
Moacir Antonio Marafon
Kátia Costa
Eduardo Smith

CEO da Softplan

Márcio Santana Souza

Gestão Executiva de Operações

Luciano Silva - Gestão Pública
Luís Fernando Fausto - Procuradorias e Defensorias
Renato Antonio Nasser Paquer - Ministérios Públicos
Valmir Luiz Marques – Tribunais

Comitê do relatório

Gestão do Projeto

Tiago Ribeiro Alves de Melo

Conteúdo

Tiago Ribeiro Alves de Melo

Indicadores

SAJ Tribunais

Elmo Vendrame Junior

Projeto Gráfico e Diagramação

Carina Lopes de Lemos
Bruno Vilardi Caporalini

Fotografia

Envato Elements
Google Flow

softplan